

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/09/2015 a 30/09/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Prorrogada consulta à lei de biodiversidade. Paulenir Constancio – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 01/09/2015	4
População ajudará na regulamentação da Lei de Repartição de Benefícios – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/09/2015.....	5
Amazônia: o poder dos piratas do agronegócio. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 03/09/2015	6
CONTAG presente no Encontro Internacional de Agricultura Campesina e Agroecologia – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 03/09/2015.....	9
Clima dita nova geopolítica, afirma ministra. Cristina Ávila – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/09/2015	10
Inscrições no CAR superam expectativas. Marta Moraes – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/09/2015	11
Agricultura familiar faz a diferença em São José dos Campos. Emeline Domingues – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 03/09/2015	12
Em debate, a conservação da biodiversidade. Elmano Augusto – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/09/2015	13
Setor energético deve ser próximo a se descarbonizar, diz pesquisador do Inpe. Cláudio Goldberg Rabin – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 12/09/2015.....	14
Cultivando agroecologia. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/09/2015	15
Sociedade civil e governo discutem agroecologia. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/09/2015	16
Projeto apoia 400 agroextrativistas de Minas. Marta Moraes – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/09/2015	18
“A natureza não é inimiga do produtor” ressalta presidente da comissão de meio ambiente da CNA – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 18/09/2015	19
COP 21: a fábula do capitalismo verde. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 21/09/2015.....	20
Parceria Incra e Embrapa pode resultar na capacitação de assentados para produção agroecológica – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/09/2015.....	23
Árvores plantadas pelo setor agropecuário foram responsáveis pelo estoque de 1,69 bilhão de toneladas de dióxido de carbono – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 21/09/2015	25
MDS reforça compromisso com agroecologia e produção orgânica – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/09/2015.....	26

Varejo já reduz margens em produtos orgânicos. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 21/09/2015	27
Agroecologia em pauta. Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/09/2015	28
Profissional de sustentabilidade é visto de forma estratégica na crise. Letícia Arcoverde – Valor Econômico, Agronegócios. 22/09/2015	29
Federação da Agricultura do Tocantins participa de seminário sobre o Plano Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa em áreas urbana e rural – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/09/2015	31
Brasil perde 1,8% de suas florestas em dois anos, diz IBGE – Valor Econômico, Agronegócios. 25/09/2015	31
Dilma anuncia hoje meta de redução de emissões de gases efeito estufa. Sergio Lamucci e Juliana Ennes – Valor Econômico, Agronegócios. 27/09/2015	32
Ambientalistas elogiam com ressalvas metas brasileiras de cortes. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 27/09/2015	33
Congresso debate diversidade e soberania. Marta Moraes – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).28/09/2015	34
Preservação ambiental diminui carga tributária para produtor – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 28/09/2015	35
Agricultura orgânica deve movimentar R\$ 2,5 bilhões no país em 2016 – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2015	36

Prorrogada consulta à lei de biodiversidade. Paulenir Constancio – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 01/09/2015

Para fazer sugestões ao decreto de regulamentação, cidadão deve acessar o site do Ministério do Meio Ambiente

O prazo para recebimento via Internet das contribuições da sociedade civil à regulamentação da Lei de Acesso e Repartição de Benefícios da Biodiversidade foi prorrogado até 15 de setembro. Mesmo após essa data, o cidadão que desejar contribuir ainda poderá fazê-lo, já sobre a minuta de decreto a ser apresentada à Casa Civil da Presidência.

Além das contribuições, o governo federal está ouvindo povos e comunidades tradicionais em seis encontros regionais, buscando contribuir para o aperfeiçoamento da legislação. De acordo com previsão da Diretoria de Patrimônio Genético (DPG), pelo menos 20 dos artigos da nova lei remetem à regulamentação. “Além deles, há outros artigos que não pedem diretamente, mas podem ser alvo de regulamentos”, informou o analista ambiental da DPG Henry Nuvion.

AVANÇOS

A lei é uma conquista para os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, que passam a ter o direito de participar das decisões relacionadas à conservação e ao uso sustentável dos conhecimentos tradicionais. Para isso, terão assento garantido e paritário com os outros setores da sociedade civil (empresarial e academia) no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) do MMA.

Terão direito, inclusive, de participar das decisões acerca da destinação dos recursos do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB), que será gerido pelo MMA e tem como objetivo valorizar o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados, promovendo seu uso de forma sustentável.

Para a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo, proveniente de acesso ao conhecimento tradicional associado, será exigido consentimento prévio informado e acordo de repartição de benefícios com as comunidades fornecedoras dos conhecimentos.

BENEFÍCIO

O documento pode ser apresentado em até 365 dias após o momento da notificação ao CGen, informando que o produto acabado ou o material reprodutivo será colocado no mercado. Isso permite que as empresas e os provedores possam conhecer qual é o tamanho do benefício econômico auferido antes de fazer a repartição de benefícios, permitindo uma repartição mais justa e equitativa.

Outra novidade: as pesquisas envolvendo o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado não precisarão mais de autorização prévia do CGen, sendo necessário, apenas, fazer um cadastro eletrônico.

"A promoção do uso sustentável do patrimônio genético e a valorização do conhecimento tradicional associado podem abrir uma grande oportunidade para o Brasil

fortalecer e desenvolver uma economia em que o elemento chave seja a conservação da biodiversidade", destacou Rafael Marques. "Precisamos reconhecer o papel importante que os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares representam nesse contexto (do desenvolvimento econômico)."

População ajudará na regulamentação da Lei de Repartição de Benefícios – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/09/2015

Para fazer sugestões ao decreto, cidadão deve acessar o site do Ministério do Meio Ambiente

O prazo para recebimento via Internet das contribuições da sociedade civil à regulamentação da Lei de Acesso e Repartição de Benefícios da Biodiversidade está aberto de 12 de junho e vai até 30 de outubro. Depois, será elaborado um mapa diagnóstico dos temas e artigos prioritários e sensíveis, que deverão ser abordados e debatidos durante a consulta pública. Veja aqui a minuta de Decreto disponibilizada pela Casa Civil.

Além das contribuições da população em geral, o governo federal, em parceria com a Confederação Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPTC), Articulação de Povos Indígenas do Brasil (APIB) e representantes da agricultura familiar, como a Via Campesina, está promovendo oficinas de capacitação em seis encontros regionais para estes segmentos da população.

De acordo com a Diretoria de Patrimônio Genético (DPG), pelo menos 20 artigos da nova lei remetem à regulamentação. "Além deles, há outros artigos que não pedem diretamente, mas podem ser alvo de regulamentos, informou o analista ambiental do DPG, Henry Novion.

AVANÇOS

A lei é uma conquista para os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, que passam a ter o direito de participar das decisões relacionadas à conservação e ao uso sustentável dos conhecimentos tradicionais. Para isso, terão assento garantido e paritário com outros setores da sociedade civil (empresarial e academia) no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen). Veja aqui as contribuições já recebidas.

Terão direito, inclusive, de participar das decisões acerca da destinação dos recursos do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB), que será gerido pelo MMA e tem como objetivo valorizar o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados, promovendo seu uso de forma sustentável.

Para a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo, proveniente de acesso ao conhecimento tradicional associado, será exigido consentimento prévio informado e acordo de repartição de benefícios com as comunidades fornecedoras dos conhecimentos.

REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIO

O documento pode ser apresentado em até 365 dias após o momento da notificação ao CGen, informando que o produto acabado ou o material reprodutivo será colocado no mercado. Isso permite que as empresas e os provedores possam conhecer qual é o tamanho do benefício econômico auferido antes de fazer a repartição de benefícios, permitindo uma repartição mais justa e equitativa.

Outra novidade: as pesquisas envolvendo o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado não precisarão mais de autorização prévia do CGen, sendo necessário, apenas, fazer um cadastro eletrônico.

"A promoção do uso sustentável do patrimônio genético e a valorização do conhecimento tradicional associado podem abrir uma grande oportunidade para o Brasil fortalecer e desenvolver uma economia em que o elemento chave seja a conservação da biodiversidade", destacou o diretor do DPG, Rafael Marques. "Precisamos reconhecer o papel importante que os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares representam nesse contexto (de conservação e desenvolvimento econômico)."

Amazônia: o poder dos piratas do agronegócio. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 03/09/2015

A regra é não cumprir a lei: na era da mudança climática, os piratas do agronegócio transformam a floresta amazônica em caibro ou tábua.

Oficialmente eles são chamados de madeireiros, mas como em qualquer estatística registra que entre 50 e 80% da madeira que sai da região é ilegal, portanto, são saqueadores. Invadem área pública, terra indígena ou assentamento, não dão a mínima para o aparato legal, que é totalmente frágil nesses confins, e aplicam o seu poder. Qual o objetivo: os saqueadores primeiro vendem a madeira, mas o que eles querem é a terra, que depois será convertida em pastagem ou em campo de soja. É assustador um levantamento realizado pelo pesquisador João Carlos de Souza Meirelles Filho, para o Museu Emílio Goeldi: até 2030, considerando a expansão média de 1,7% na pecuária nacional, a Amazônia terá mais de 103 milhões de bois. Significa criar, recriar e engordar, na linguagem técnica, mais 20 milhões de cabeças e, no mínimo, que precisarão de mais 16 milhões de hectares de pastagens.

Os piratas enfrentaram problemas ocasionais durante 2015. Em fevereiro a Operação Castanheira prendeu o maior grileiro da BR-163 – a Cuiabá-Santarém-, Ezequiel Antônio Castanha, que acumulava R\$47 milhões de multas do IBAMA e era especialista em invadir terras da União e transformá-las em loteamentos. Seguindo a trilha atual do conservadorismo brasileiro, essencialmente racista, é evidente a descendência europeia e sulista dos piratas do agronegócio. No dia 24 de agosto passado, em outra operação da PF - Madeira Limpa- foram presos vários piratas, entre eles Irio Orth e Everton Orth e Eloy Vaccaro, este considerado o maior plantador de açaí do Brasil, além do Superintendente do INCRA de Santarém, Luiz Bacelar, e do secretário de Meio Ambiente de Óbidos – foram 22 mandatos de prisão.

Estratégia sórdida contra os assentados

“- O grupo é acusado de coagir trabalhadores rurais a aceitarem a exploração ilegal de madeira dos assentamentos do oeste do Pará em troca da manutenção de direitos básicos, como o acesso a créditos e a programas sociais”, divulgaram os procuradores do MPF.

Bacelar foi acusado ainda de repassar 10 mil hectares para Vaccaro implantar suas plantações de açaí, área situada dentro dos assentamentos. A Superintendência do INCRA em Santarém, que é a porta de entrada da soja nesta parte da Amazônia, desde que a Cargill implantou um terminal graneleiro na única praia urbana da cidade – e sem apresentar o estudo de impacto ambiental- é o foco de denúncias desde o início dos anos 2000. Em 2006, uma publicação do Ministério do Meio Ambiente chamada “A grilagem de terras na Amazônia”, apontava um cartel formado por funcionários, que eram proprietários de empresas, que assessoravam os grileiros. Em 2012, o superintendente, Francisco dos Santos Carneiro, aliado de Jarbas Barbalho, foi destituído por desviar dinheiro dos assentados.

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Pará e da delegacia do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários divulgaram uma nota de apoio à Operação Madeira Limpa. Diz um trecho:

“- A atual gestão do órgão em Santarém é ausente para dar conta dos problemas institucionais, mas muito presente para apontar soluções para seus interesses particulares e para grupos antagonicos à reforma agrária, de interesses ilegítimos.

-É preciso promover uma séria investigação na conduta de gestores e de alguns servidores desta casa sobre o risco de completa desmoralização do INCRA na região. Declaramos que apoiamos totalmente a Operação Madeira Limpa, tornamos claro para a sociedade e para o público do programa da reforma agrária, que a maioria dos servidores da casa não compactua com irregularidades e os crimes cometidos por uma minoria alçada às chefias da superintendência por indicações político partidárias, transformaram o INCRA da região num balcão de negócios”.

O que move os piratas – capital e impunidade

Pior: a região Norte conta com mais de três mil assentamentos. Os piratas atuam de forma organizada, contratando funcionários públicos federais e estaduais, como no caso da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade –SEMA – do Pará e também do IBAMA – os dois órgãos tiveram funcionários presos na Operação Madeira Limpa. Entretanto, duas ações movem os piratas do agronegócio: o capital fácil de obter com terras públicas invadidas e madeira comercializada e a impunidade, porque eles sabem que a rede de apoio é poderosa, e conta inclusive com uma bancada no Congresso Nacional. Em 2013, a União Europeia comprou US\$148 milhões de dólares em madeira amazônica, os vários tipos de produtos. A última operação da PF os procuradores citaram a cifra de R\$1 bilhão envolvendo a comercialização. Neste caso, a sofisticação é digital, a quadrilha falsificava registros de planos de manejo no computador e vendia no mercado. Ou então, conseguia na própria SEMA autorização para conceder licenças ambientais e então executar os planos de manejo.

Não é de hoje que os movimentos sociais da região denunciam a SEMA e outros órgãos oficiais na liberação de planos de manejo, que possibilita a comercialização de madeira

controlada, em área de ribeirinhos, terras indígenas dos araras, mundurukus e outros povos, e também dos assentamentos. O INCRA foi acusado de incentivar o desmatamento na Amazônia recentemente. Alguns trabalhos de pesquisadores definem taxas de desmatamento na ordem de 20% nos assentamentos. Por razões óbvias: ou os assentados ficaram isolados, sem ter o que produzir, a não ser vender a madeira de valor, ou eram pressionados por piratas ou incentivados por funcionários corruptos. Nenhuma alternativa facilita a implantação de um programa de reforma agrária numa região complexa como a Amazônia. Sem contar que os líderes que se manifestam contra os piratas acabam assassinados.

Mandante solto no caso Dorothy Stang

Em fevereiro de 2015 completou 10 anos do assassinato da irmã Dorothy Stang, de 73 anos. Somente um pistoleiro está preso, porque matou outra pessoa. O fazendeiro e comerciante Regivaldo Pereira Galvão, o mandante, está solto, aguardando em liberdade – concedida por um habeas corpus do Supremo Tribunal de Justiça – para cumprir o restante dos 30 anos da condenação – ele cumpriu um ano e quatro meses.

No final do ano passado o Greenpeace rastreou os caminhões de toras que saem do oeste paraense, nos municípios de Santarém, Uruará e Placas, com o equipamento de GPS. A madeira ilegal passou por 22 serrarias e depois seguiu embarcada em navios que foram para Estados Unidos, França, Alemanha, Coreia do Sul, entre outros, junto com produtos legalizados. Em 2009, o IMAZON fez um estudo sobre a indústria madeireira no Mato Grosso, é o segundo exportador de madeira do país. É preciso acrescentar que a maior parte da madeira amazônica é consumida internamente – São Paulo compra 25%.

Naquele ano funcionavam 2.226 madeireiras na Amazônia Legal que serraram 14,2 milhões de metros cúbicos, o equivalente a 3,5 milhões de árvores, obtiveram uma receita bruta de R\$4,94 bilhões. Desse total 5,8 milhões de metros cúbicos era madeira serrada de baixo valor agregado – ripas, caibros e tábuas; outros 15% era de madeira beneficiada – pisos e esquadrias – e 13% de madeira laminada e compensada. Isso tudo, diz o estudo do IMAZON, representava um rendimento médio de processamento de 41%. O restante 8,4 milhões de metros cúbicos foram categorizados como resíduos de processamento. Uma parte, 2,7 milhões de metros cúbicos foi para geração de energia; 1,6 milhões de metros cúbicos aproveitados na produção de carvão; 2 milhões para usos diversos e 2,1 milhões considerados resíduos sem nenhum aproveitamento, queimados ou abandonados como entulho.

Madeira ilegal lavada

O Greenpeace tem outro levantamento entre 2007 e 2012: cinco milhões de árvores foram exploradas ilegalmente na Amazônia, algo como 950 mil caminhões, cada caminhão carrega 10 toras, de cinco árvores. Em outro levantamento no período 2012-2013, divulgado em maio desse ano o Instituto Centro de Vida (ICV), do Mato Grosso avaliou uma área de 303.585 hectares, sendo 139.867 com exploração ilegal. O estudo apontou que 34% da exploração ocorria em área sem categoria fundiária definida (34%), em Terras Indígenas (26%) e em propriedades rurais cadastradas no Sistema de Monitoramento e Licenciamento Ambiental do MT. A conclusão:

“- A proporção de ilegalidade comprova que os atuais sistemas de monitoramento e controle florestal estadual e federal não permitem garantir a origem legal da madeira. Os sistemas apresentam fragilidades e incompatibilidades entre si que possibilitam fraudes e irregularidades na cadeia produtiva florestal. Nesse contexto, os produtos florestais oriundos da exploração ilegal acabam sendo encobertos por documentos legais, gerando uma situação de falsa legalidade”.

A regra é não cumprir a lei

Uma das novidades do novo Código Florestal é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que no Pará a SEMA usa o sistema declaratório, ou seja, não checkou as informações espaciais e documentais das propriedades. Mas o pecuarista ou pirata do agronegócio mostra um comprovante de registro do CAR e sai fazendo plano de manejo. Para engrossar o movimento dos piratas, o Código Florestal aprovou a anistia dos que haviam desmatado antes da nova lei. O IMAZON comprovou que de 105 mil propriedades registradas no CAR do Pará, incluindo fazendas grandes de pecuária, que assinaram o Termo de Ajuste do Ministério Público Federal, para não produzir em terra desmatada ilegalmente, que deveriam ter 50% da área com floresta, tinham em média 15 a 20%.

A auditoria para checar guias de trânsito de animais – os piratas do agronegócio levam gado de uma fazenda irregular para uma regular, antes de vender ao frigorífico – demorou quatro anos para ser implantada. E, recentemente, o Ministério do Meio Ambiente ampliou para maio de 2016 o prazo para os proprietários se cadastrarem no CAR. Até maio passado apenas metade estava inscrita no Brasil.

Estamos na era da mudança climática, os piratas do agronegócio transformam a floresta amazônica, que é a última a ser aniquilada, em caibro ou tábua, quem sabe uma esquadria para a construção civil. A ciência demonstra insistentemente que a floresta evapora sete trilhões de toneladas de água na atmosfera por ano e que esta umidade corre pela América Latina beirando os Andes. Para substituir um componente fundamental no clima mundial, os piratas do agronegócio semeiam morte, destruição, capim e soja. E ainda contam com o apoio político da prestigiada bancada ruralista.

CONTAG presente no Encontro Internacional de Agricultura Campesina e Agroecologia – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 03/09/2015

Segue no México a 20ª edição do Encontro Internacional de Agricultura Campesina e Agroecologia com a presença da CONTAG, representada pelo assessor da presidência, Luiz Vicente Facco.

A convite dos organizadores a CONTAG apresenta e abre debate sobre os Posicionamentos das Organizações Campesinas e Movimentos quanto ao acesso às Políticas Públicas e fortalecimento da Agroecologia.

Nesta última quarta-feira (02) os participantes encaminharam a Declaração final do Encontro Internacional de Agricultura Campesina e Agroecologia, que pode ser vista no

endereço eletrônico www.anec.org.mx . Além do documento ainda podem ser contemplados vários vídeos dos principais momentos do debate no México.

A programação segue até sexta-feira (04), com visitas de campo nas comunidades camponesas e indígenas mexicanas.

Vale destacar que ainda na abertura que aconteceu nesta segunda-feira (31), a CONTAG foi homenageada como uma Organização de referência na luta e conquista de políticas públicas para o campo brasileiro e em nível mundial.

Clima dita nova geopolítica, afirma ministra. Cristina Ávila – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/09/2015

Em reunião com empresários, Izabella Teixeira se diz “pragmática, mas otimista” em relação à reunião de Paris.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou na manhã desta quinta-feira (3/9), no Rio, da quarta edição do evento CNI Sustentabilidade, promoção da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que neste ano teve como foco as mudanças climáticas. Transmitedos online, os painéis reuniram empresários e especialistas que participarão da 21ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP-21), em dezembro, na França.

“O que teremos em Paris será um acordo não sobre meio ambiente, mas sobre a geopolítica de desenvolvimento do planeta, sobre as novas trajetórias das economias do mundo”, ressaltou a ministra. Ela revelou-se “pragmática, mas otimista” sobre os resultados da COP 21, delineados pelo clima de consenso que vem se estabelecendo nas negociações preparatórias entre países, que aconteceram especialmente em 2015.

PROTAGONISMO

Izabella Teixeira fez uma espécie de convocação para que o Brasil cumpra seu papel de protagonismo econômico na agenda ambiental porque “protagonismo político nós já temos”. A ministra disse que o País precisa ter “o meio ambiente como ativo do desenvolvimento”.

Ela enfatizou que o Brasil vem construindo seu INDC com diálogo e consistência. A sigla em inglês é do documento “Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida”, que representa o conjunto de compromissos que devem ser cumpridos para combate ao aquecimento global e adaptação às alterações do clima, que deve ser apresentado às Nações Unidas em setembro. Para contribuir com a sua formulação, a própria ministra conversou com setores econômicos e sociais.

A ministra comentou as diversas iniciativas brasileiras para combate às mudanças climáticas, inclusive em parceria com outros países. E citou a visita da chanceler alemã, Ângela Merkel, ao Brasil, para firmar acordo de cooperação em que o Ministério do Desenvolvimento da Alemanha oferece ao Brasil 525 milhões de euros em empréstimos para custear o desenvolvimento de fontes de energia renovável e preservação de florestas tropicais.

LEGISLAÇÃO

O embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, um dos mais importantes negociadores brasileiros que estará na COP 21, explicou que as negociações em Paris serão um esforço para legislar, “criar um novo regime para o clima”. Ele comparou a cúpula dos países como “um grande congresso que são as Nações Unidas”. Mas, enfatizou que haverá outros esforços na COP 21, entre eles os debates de temas diversos que deixarão claros os compromissos assumidos pelos países e as ações convergentes que vão resultar em iniciativas globais.

O prêmio Nobel da Paz de 2007, Anders Levermann, ressaltou que não existem mais dúvidas de que o planeta está sofrendo mudanças climáticas, e recomendou que as empresas estejam preparadas. Porém, ao contrário de ser alarmista, ele considerou que o momento é de “transição para um mundo renovável, de empreendedorismo”, referindo-se, por exemplo, à geração de energia de fontes alternativas aos combustíveis fósseis. Levermann trabalhou em avaliações do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) a respeito das consequências do clima em relação aos mares, e disse que existem estudos científicos que demonstram o derretimento de geleiras e o aumento do nível dos oceanos.

Segundo ele, são situações que exigem emissões negativas de gases de efeito estufa para se estabilizar o aquecimento global em no máximo 2 graus centígrados em relação à era pré-industrial. Quanto maiores forem as mudanças de clima, mais os governos e iniciativa privada terão que pagar para ações de mitigação e adaptação, acrescentou.

Inscrições no CAR superam expectativas. Marta Moraes – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/09/2015

Edital seleciona instituições interessadas em promover a expansão do programa no Semiárido

O total de propostas inscritas no Edital “CAR no Semiárido”, cujo prazo final para recebimento de projetos finalizou neste domingo, 30 de agosto, superou as expectativas. Noventa e três projetos foram apresentados, sendo cinco exclusivos para povos e comunidades tradicionais.

“O número significativo de projetos demonstra a importância do CAR e a mobilização da sociedade para inscrição no cadastro”, comemorou o gerente de Capacitação e Fomento do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), João Paulo Sotero. Ele informou ainda que a soma da meta de cadastramento apresentada em cada um dos projetos chega a quase 1 milhão de inscrições.

HISTÓRICO

O edital “CAR no Semiárido”, lançado no dia 27 de julho, é fruto da parceria entre o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), os dois últimos geridos respectivamente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo SFB. Serão disponibilizados R\$ 10 milhões e cadastrados mais de 50 mil imóveis rurais.

Com a iniciativa, as instituições parceiras buscam selecionar projetos para apoio à inscrição de imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades

tradicionais do Semiárido no Cadastro Ambiental Rural, já que, devido às características fundiárias e ao perfil socioeconômico, a região é uma das que apresenta menor adesão ao CAR.

PRÓXIMA ETAPA

A partir dessa fase, a equipe responsável pelo edital realizará a análise técnica e financeira dos projetos que cumpriram os critérios obrigatórios do edital. A expectativa é que, até o final do mês, sejam apresentadas as instituições selecionadas. Participaram da concorrência organizações privadas sem fins lucrativos com experiência na realização do CAR e em trabalhos com agricultores familiares e comunidades tradicionais do Semiárido.

Confira os números de projetos inscritos por estados: Alagoas (8), Bahia (22), Ceará (5), Minas Gerais (8), Paraíba (12), Pernambuco (10), Piauí (3), Rio Grande do Norte (6), Sergipe (5), e mais 14 na categoria definida como multiestadual.

SOBRE O CAR

O novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, instituiu o Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais dos imóveis rurais e posses, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

A inscrição no CAR é obrigatória para todos os imóveis e posses rurais, devendo ser requerida no prazo de um ano contado da sua implantação, prorrogável, uma única vez por igual período. Assim o prazo de inscrição se encerra em 5 de maio de 2016. A inscrição deve ser feita pela pessoa física ou jurídica que seja proprietária ou possuidora do imóvel rural, ou seu representante legal.

Agricultura familiar faz a diferença em São José dos Campos. Emeline Domingues – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 03/09/2015

Mãos no verde, pés na terra, coração que pulsa com a natureza. Assim vivem os pequenos produtores de São José dos Campos, no interior de São Paulo. Agricultores que passam de geração a geração técnicas que permitem o cultivo em harmonia com o meio ambiente, capaz de recuperar matas e águas.

O sistema de produção dos pequenos agricultores tem muito a ensinar, segundo Djalma Nery, integrante da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) de São Carlos. De acordo com ele, a agroecologia é uma das raízes da sustentabilidade, ao propor técnicas simples para a preservação da água, como a cobertura do solo e o cuidado com a mata nativa.

Além de economizar no consumo, a agroecologia procura respeitar o ciclo das águas. Um fenômeno que o produtor de arroz Altamir Bastos conhece bem. “A água utilizada na irrigação do arroz orgânico volta para a natureza mais limpa do que antes”, diz o agricultor. “O modelo agroecológico recupera o meio ambiente.”

A mesma consciência ambiental, aliada à sabedoria popular, é demonstrada por Valdir Martins, que nasceu em meio ao verde e dele tira seu sustento. “Trabalhamos em conjunto com a natureza. Conservamos recursos, estudamos e conhecemos as águas desde criança. Nossa forma de produzir é cultural”, explica Martins. E é essa agricultura familiar, de baixo impacto ambiental, que é responsável por 70% dos alimentos consumidos no País, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Há quatro anos, Bruno Pasqualetto deixou a profissão de farmacêutico para cultivar cogumelos no sítio da família. “Nesse processo, reutilizo tudo o que sobra. Os cogumelos nascem sozinhos e tiram a água do ambiente, do solo e do ar, não precisam de irrigação”, diz Pasqualetto, que também usa na propriedade água vinda de poços artesianos.

Um alívio em tempos de crise hídrica no Sudeste. E uma grande diferença em relação às necessidades produtivas do agronegócio. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, cerca de 70% da água do mundo todo é hoje utilizada pelo agronegócio.

** Emeline Domingues é aluna da Univap e finalista do 3º Prêmio Tetra Pak de Jornalismo Ambiental*

Em debate, a conservação da biodiversidade. Elmano Augusto – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/09/2015

Evento no ICMBio debaterá pesquisas e reunirá especialistas do Brasil e do exterior

"Conservação e sociedade". Esse é o tema do VII Seminário de Pesquisa e VII Encontro de Iniciação Científica que serão promovidos entre os dias 15 e 17 de setembro (terça e quarta-feira da próxima semana), no auditório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Brasília. A entrada é aberta ao público.

"A escolha do tema se deve à necessidade de aumentar o diálogo com a sociedade, buscando maior alinhamento das iniciativas conduzidas pelo Instituto com as expectativas sociais", afirma Ana Elisa de Faria Bacellar, coordenadora de Apoio à Pesquisa do ICMBio e uma das organizadoras do evento.

DESTAQUES

Nesta edição, serão apresentados 84 resumos de pesquisa em manejo e conservação da biodiversidade e gestão socioambiental, sendo 50 produzidos por servidores do ICMBio e 34 por alunos do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), em parceria com instituições de todo o País.

Entre as pesquisas, seis abordam a recuperação ecológica do cerrado brasileiro, como "Semeadura direta de ervas, arbustos e árvores para restauração do cerrado", estudo desenvolvido por pesquisadores da UnB, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga (Cecat), do ICMBio. (Clique aqui para ver a lista dos trabalhos aprovados pela Comissão Científica).

ABERTURA

A abertura do evento será às 9h do dia 15 de setembro e contará com a presença do presidente do ICMBio, Claudio Maretti, e representantes de instituições parceiras. Em seguida, serão iniciados os trabalhos, que ocorrerão nos dois expedientes (de manhã e à tarde) durante os três dias.

Além da apresentação dos resumos das pesquisas, haverá palestras com pesquisadores e especialistas de instituições de renome no Brasil e exterior. Entre eles, estão Robert Buschbacher, da Universidade da Flórida; Ane Alencar, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); Carlos Eduardo Grelle, do Instituto de Biologia da UFRJ; Helder Queiroz, do Instituto Mamirauá (AM); Guilherme Dutra, da Conservação Internacional; Márcia Chame, da Fundação Oswaldo Cruz (RJ); e Mônica Nogueira, do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília (UnB).

OPORTUNIDADE

O evento, segundo Ana Elisa, é uma boa oportunidade para a troca de experiências entre os profissionais e estudantes residentes em Brasília que atuam na área de conservação, manejo e gestão socioambiental.

É, também, uma chance para os servidores envolvidos com pesquisa participarem de debates sobre estratégias de melhoria do conhecimento direcionado à conservação da biodiversidade e ao respeito à diversidade sociocultural do País.

Para os demais servidores do ICMBio e o público em geral, morador de Brasília, ainda segundo a coordenadora, o seminário funciona como um espaço aberto para discutir o entrosamento entre a pesquisa e a gestão da biodiversidade.

Setor energético deve ser próximo a se descarbonizar, diz pesquisador do Inpe. Cláudio Goldberg Rabin – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 12/09/2015

A redução de emissões de gases do efeito estufa (principalmente gás carbônico, CO₂) no Brasil nos últimos anos se deu pela queda acentuada no desmatamento, tendência que deve se manter até 2030. No entanto, o setor industrial e sobretudo o energético se mantêm viciados em carbono.

"A economia brasileira não se descarbonizou", diz Gilberto Câmara, especialista em modelagem ambiental e ex-diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Para ele, o debate sobre a redução das emissões deveria recair sobre o setor energético.

"Que economia do mundo consegue dividir por quatro o número de suas emissões sem impacto econômico nenhum em 20 anos? Só foi possível no Brasil por causa esculhambação que era o desmatamento", diz.

Câmara argumenta que o potencial de redução das emissões na agricultura é de baixa escala. A matriz energética do Brasil (incluindo geração de eletricidade, transportes e outras fontes), disse, é composta por 56% de energias não renováveis, as que mais poluem e agravam o aquecimento global.

"A retirada de carbono da matriz energética é bastante lenta, mas o etanol e o biodiesel precisam ganhar espaço", diz o pesquisador do Inpe. "A descarbonização da economia tem de começar em algum momento".

GLOBIOM

A conclusão do pesquisador é baseada em um sistema computadorizado de cálculo de emissão dos gases causadores do efeito estufa chamado Globiom-Brasil. A tecnologia permite analisar as relações entre biomas e atividades produtivas e projetá-las em cenários futuros.

O modelo divide o Brasil em 3.000 quadradinhos virtuais de 50 km², como se o país fosse coberto por ladrilhos. Cada "ladrilho" é analisado a fundo, com base em imagens de satélite, e associado com muitos dados.

"Colocamos então onde tem trigo, gado, soja, floresta plantada etc. em cada uma das unidades. Depois acrescentamos o que pode acontecer ao longo do tempo. Floresta primária pode virar pastagem, que, por sua vez, pode virar uma cultura produtiva, por exemplo", diz Câmara.

O passo seguinte é acrescentar as tendências de consumo nacionais e internacionais, o crescimento econômico e os condicionantes ambientais estabelecidos (como regras sobre uso da terra na legislação).

Assim se torna possível prever qual a produtividade que a terra poderá alcançar, numa escala detalhada. Os pesquisadores conseguem simular quais seriam as tendências de transições no uso da terra.

"O Globiom responde, por exemplo, o que acontece se a demanda por biocombustíveis dobrar. Se teria terra o suficiente para produzir, respeitadas as terras protegidas, indígenas, o código florestal, mata atlântica protegida etc."

O programa permite computar uma grande quantidade de variáveis e projetá-las em diferentes cenários, calculando os efeitos ambientais do desmatamento, a emissão de gases causadores do efeito estufa e compensações de políticas ambientais, como o replantio de áreas verdes.

Cultivando agroecologia. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/09/2015

“Nosso país tem muita estrada pela frente, temos desafios para vencer. E, esta discussão, que começa hoje, diz respeito ao futuro da nossa nação. A questão ecológica é um compromisso com as gerações futuras. Então, quero parabenizar todos vocês que saíram de suas casas para contribuir para essa construção”, afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias durante a abertura do Seminário Dialoga Brasil Agroecológico, realizado nesta quarta-feira (16), no Palácio do Planalto.

O seminário, que vai até a sexta-feira (18), tem ampliado o diálogo entre o governo federal e a sociedade, além de contribuir para a elaboração do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo 2016-2019), que vem fortalecer a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica brasileira - referência na integração de programas e ações para o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Para o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, o fortalecimento da produção agroecológica coloca o Brasil como referência no cenário

internacional. “Queremos que este seminário ajude a pensar a evolução das políticas de fortalecimento da produção agroecológica, pois essa é uma agenda de futuro. Já colaboramos com uma agenda planetária de redução da miséria dentro das metas do milênio, agora vamos tratar de uma agenda de sustentabilidade, de preservação do planeta”. Rossetto também convidou os participantes do seminário e a toda população a colaborar com a construção das políticas públicas, por meio da plataforma Dialoga Brasil.

A presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco Lisboa, realçou a sinergia existente entre a segurança alimentar e a produção agroecológica. “Existe uma inter-relação entre a soberania e segurança alimentar e a produção de alimentos saudáveis, uma conexão de políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, fundamentais para garantir alimentos a todos”.

Já Generosa de Oliveira Silva, representante da Marcha das Margaridas, destacou o protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis. “Com a articulação da sociedade civil e o apoio do governo, conseguimos provar que a agroecologia é uma realidade. A política de agroecologia valoriza o papel das mulheres como guardiãs das sementes, organizadoras de tecnologias”.

As propostas resultantes do seminário serão encaminhadas à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo). Será elaborado um documento que abrangerá temas importantes para o rural brasileiro, como: reforma agrária; regularização fundiária; respeito aos territórios dos povos e comunidades tradicionais; adequação de normas do crédito rural e da vigilância sanitária; uso de bioinsumos; apoio à agricultura urbana e periurbana; apoio à agroindustrialização familiar e artesanal; formação de redes; e assistência técnica.

Brasil Agroecológico

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Brasil Agroecológico promove a articulação de diversas políticas públicas, com a participação direta de 10 Ministérios e outros órgãos, desde 2013. A expectativa é atuar, nos próximos quatro anos, para inserir até um milhão de agricultores familiares e seus segmentos na produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, facilitando as ações para a promoção da transição agroecológica.

Com o Plano, a agricultura familiar é beneficiada com aumento da produção e mais acesso ao crédito; geração de conhecimento, com assistência técnica diferenciada; inovação tecnológica; inclusão de agricultores nos cursos do Pronatec Campo, nas temáticas de agroecologia; produção orgânica; e cooperativismo.

Fazer a transição agroecológica significa investir em práticas sustentáveis de produção, com a eliminação do uso de agrotóxicos e outros produtos químicos que oferecem riscos à saúde e ao meio ambiente, melhorando a qualidade de vida no campo e contribuindo para a produção de alimentos saudáveis.

Sociedade civil e governo discutem agroecologia. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/09/2015

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica brasileira é referência para a integração de programas e ações para o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Com o objetivo de ampliar o diálogo entre governo federal e sociedade nesse processo, começa nesta quarta-feira (16), em Brasília, o Seminário Dialoga Brasil Agroecológico.

O objetivo principal do evento, que segue até sexta (18), é contribuir com a elaboração do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo 2016-2019). Os ministros do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, participam da abertura, no salão leste do Palácio do Planalto.

O debate será feito a partir da proposta confeccionada pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo). O secretário executivo da Ciapo, Cássio Trovatto, da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, explica que o momento é de escuta. “No seminário a sociedade civil vai apresentar cinco experiências de ações desenvolvidas dentro do primeiro plano e o governo vai apresentar uma reflexão desse plano e apontar alguns desafios para a construção do segundo”.

A agricultura familiar participa com 80% das ações previstas no Planapo, o que inclui o conjunto de políticas públicas do MDA voltadas para o setor. Os agricultores familiares somam também 80% dos produtores certificados na lei de orgânicos. “Isso garante uma participação importante e elevada do nosso público na elaboração do plano de agroecologia”, destaca Trovatto.

Uma das metas do MDA é conseguir incluir um milhão de agricultoras e agricultores familiares em sistema de produção de base ecológica. Para isso, conforme Trovatto, será disponibilizado um conjunto de políticas direcionado para agroecologia. “Os serviços de assistência técnica para as famílias e suas organizações econômicas terão foco na agroecologia. O Pronaf está cada vez mais alinhado com esse sistema. Uma importante iniciativa é o futuro lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos previsto dentro do II Planapo. E estamos alinhando outras ações na perspectiva de levar oportunidades para a agricultura familiar a partir das nossas políticas públicas já consolidadas, mas também com ações que potencializem as alternativas de o agricultor ter tecnologia para a produção de alimentos saudáveis”, afirma.

As propostas resultantes do seminário serão encaminhadas à Ciapo de forma que o governo possa fazer uma nova rodada de discussões. Elas estão em um documento de 50 páginas e abrangem temas importantes como Terra e Território, reforma agrária, regularização fundiária, respeito aos territórios dos povos e comunidades tradicionais, adequação de normas do crédito rural, da vigilância sanitária, o uso de bioinsumos, apoio à agricultura urbana e periurbana e, principalmente, o apoio à agroindustrialização familiar e artesanal, a formação de redes e a assistência técnica.

Data abertura: 16 de setembro

Horário: 18h30 (Transmissão pelo site Participa.br)

Local: Salão Leste do Palácio do Planalto, Brasília /DF.

Projeto apoia 400 agroextrativistas de Minas. Marta Moraes – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/09/2015

BOAS PRÁTICAS//Famílias que vivem da produção e comercialização de pequi, castanha de baru e jatobá recebem assistência

Duzentas famílias beneficiadas, 20 mil mudas produzidas e plantadas, 400 agroextrativistas capacitados e 50 sistemas agroflorestais implantados. Estes são os números do projeto “Fortalecendo estratégias de adaptação às mudanças climáticas junto a comunidades agroextrativistas no Cerrado no norte de Minas Gerais”. A iniciativa é desenvolvida pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac), com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).

Iniciado em janeiro de 2013, os recursos de R\$ 313 mil do convênio foram investidos no fortalecimento de atividades agroextrativistas em comunidades de 11 municípios do norte de Minas Gerais, que vivem da produção e comercialização de espécies nativas como a castanha de baru, pequi, jatobá, coco vassoura e favela (planta espinhosa e resistente, comum nos biomas Cerrado e Caatinga).

Foram contemplados os seguintes municípios: Várzea da Palma, Ponto Xique, Buritizeiro, Lassance, Ibiaí, Jequitaiá, Januária, Chapada Gaúcha, São Francisco, Pirapora e Urucuia (MG). O público faz parte da Rede de Comercialização Solidária e o projeto foi desenhado a partir de experiências de organização sócio- produtiva já realizadas pela Rede, com o objetivo de incentivar e promover a difusão de boas práticas agroecológicas.

Segundo o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Carlos Guedes de Guedes, as ações do projeto valorizam o conhecimento tradicional e possibilitam a agregação de valor.

PARCERIA

O Cedac, fundado em 2000, trabalha desde o início em parceria com a Rede e é uma associação que tem como objetivos principais assessorar e apoiar estratégias de desenvolvimento territorial baseado nos princípios da agroecologia e notório saber das populações agroextrativistas, visando a conservação da sociobiodiversidade.

Já a Rede de Comercialização Solidária foi criada em 2001 com apenas seis comunidades. Atualmente, reúne 300 comunidades rurais de agricultores familiares, extrativistas, pescadores, vazanteiros e quilombolas, que se organizam em núcleos comunitários. A partir de dinâmicas comunitárias, a Rede organiza a produção sustentável até a comercialização coletiva dos produtos.

Alguns deles, industrializados, são comercializados com a marca Empório do Cerrado e distribuídos inclusive em merendas de escolas locais. Em 2014, o Cedac teve sua Certificação Orgânica Participativa (COP) reconhecida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), o que permitirá a inclusão do selo de orgânico em alguns desses produtos.

RESULTADOS

Prestes a ser finalizado, o projeto do Cedac vem apresentando resultados positivos. Foram realizados vários mutirões comunitários; construídas unidades demonstrativas de 5 mil m² para produção de lenha para autoconsumo na forma de sistemas agroflorestais, pois a maioria das famílias ainda utiliza fogão a lenha e necessita de reposição deste material; e implantadas inúmeras áreas de monitoramento de coco azedo e favela.

Além disso, foram feitas algumas benfeitorias: o enriquecimento de quintais comunitários com o plantio de, até o momento, cinco mil mudas de baru; o aperfeiçoamento de processos produtivos com a planta favela; e a organização da cadeia produtiva do pequi, desde o seu manejo até a comercialização solidária.

“Dentre os resultados obtidos destacamos a ampliação da base de produção e manejo de produtos da sociobiodiversidade no Cerrado em áreas suscetíveis à desertificação”, afirmou Alessandra da Silva, coordenadora técnica do Cedac.

Alessandra explica ainda que o projeto tem ações voltadas para pesquisa participativa, de forma demonstrativa, de espécies que são tradicionalmente manejadas de maneira predatória, o que tem um impacto negativo para o meio ambiente, aproveitando para mostrar aos agroextrativistas a melhor forma de manejo e beneficiamento do produto.

FUNDO CLIMA

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) foi criado pela Lei nº 12.114/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 7.343/2010. É instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, que tem por finalidade financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à mitigação (ou seja, à redução dos impactos) da mudança do clima e à adaptação a seus efeitos.

É vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e disponibiliza recursos em duas modalidades: reembolsável e não-reembolsável. Os recursos reembolsáveis são administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os recursos não-reembolsáveis são operados pelo MMA.

“A natureza não é inimiga do produtor” ressalta presidente da comissão de meio ambiente da CNA – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 18/09/2015

Brasília (18/09/2015) – Quanto vale preservar o cerrado? Como isso pode ser feito? E quando? Hoje essas três questões precisam ser respondidas para que o desmatamento do cerrado, bioma que ocupa um quarto do território nacional e é a savana mais biodiversa do Planeta, acabe de vez; além de permitir o fim do embate entre produtores rurais e ambientalistas sobre de quem é a responsabilidade. Para debater o assunto, a Câmara dos Deputados realizou na quinta-feira (17/09) e sexta-feira (18/09) o Seminário Bioma Cerrado, no Auditório Nereu Ramos. Na discussão sobre Desmatamento: Situação Real do Cerrado, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus de Brito, foi um dos convidados.

Em sua fala, Justus, que também representou a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), aproveitou o momento para desmitificar a questão de que o produtor rural

quer acabar com o cerrado. Segundo ele, a natureza não é inimiga do produtor, que depende da qualidade da água, ar, terra e estabilidade climática para ter produtividade. O presidente fez questão de afirmar que a CNA, na condição de representante dos produtores rurais, é favorável à aplicação da lei, principalmente a todos aqueles que praticam ilícitos. “Nós entendemos que não há desenvolvimento sem ordem”, afirmou.

Em seguida, Rodrigo Justus, apresentou informações sobre agricultura moderna, que é muito atacada, mesmo com a alta produtividade. Justus comparou a produção agrícola e pecuária em relação há 50 anos. Hoje, são produzidas seis vezes mais produtos agrícolas e 10 vezes mais produtos pecuários. “Isso significa se nós estivéssemos num nível tecnológico de 50 anos atrás, teríamos destruído 100% das Amazônia”, observou.

Da mesma opinião compartilha o diretor honorário da Associação de Plantio Direto do Cerrado (APDC), John Landers. Para ele, a tecnologia utilizada hoje na agropecuária permite um solo protegido sem erosão e uma maior proteção da biodiversidade. No entanto, afirma Landers, ainda faltam questões a serem melhoradas. “Temos que utilizar com mais eficiência a terra, os insumos e ter mais tecnologias. Não precisamos desmatar. Temos mais de 49 milhões de hectares de pastagens subaproveitadas”, disse. E acrescentou: “uma das soluções, a meu ver, é juntar os esforços entre ambientalistas e agricultores, produtor e sociedade”.

O presidente da Comissão da CNA acrescentou ainda que uma das soluções não é apenas instituir programas de governo para o setor. Ele ilustra a situação americana da FarmBio (legislação que regulamenta o setor agrícola e assegura subsídios aos produtores). Hoje os EUS investem 1,5 bilhão de dólares por ano em serviço de conservação e recuperação de áreas. “Agora, quanto temos aqui? Muito pouco. Ainda que empréstimos a juros extorsivos. O orçamento da União está totalmente contingenciado, isso é histórico. Não há recursos para as áreas de conservação. Temos mais de 110 milhões de hectares de unidades de conservação criadas sem regulamentação e fiscalização”. E finaliza ao falar sobre a importância da educação para a questão. “O produtor precisa melhorar sua performance. Assistência técnica e gestão de insumos são algumas opções. O setor produtivo, junto com o governo, precisa virar a página em relação as questões do passado, entendendo que houve acertos e erros de ambos os lados”.

O ex-ativista do Greenpeace e atual diretor do Instituto Escolhas, Sérgio Leitão, também acredita que a superação das posições antagônicas anteriores e uma conciliação entre as lideranças são as melhores maneiras de resolver a questão que já dura décadas. “Os embates afundaram porque o problema não foi resolvido. Precisamos de políticas públicas eficientes e que produtores e ambientalistas trabalhem juntos”, finalizou.

COP 21: a fábula do capitalismo verde. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 21/09/2015

As alianças empresariais e os representantes da sociedade que participam dessas coalizões não mencionam as palavras: agricultura familiar e agroecologia.

Era uma vez um sistema econômico autodestrutivo, disseminado por todo o planeta e agindo tal qual uma nau esburacada quase a ponto de afundar, que descobre uma fórmula mágica de resolver a situação: a proteção ambiental, a proteção das florestas, dos recursos hídricos, da agricultura e pecuária, da produção de alimentos. Tudo organizado de forma ética, transparente e sustentável. Mas tem um senão: criar novos mecanismos de mercados, novas formas de financiamento, novas tecnologias para enterrar gases e transmitir aos necessitados, capacitando-os para integrarem o novo sistema. O capitalismo maquiado de verde afina seu discurso para entrar com pompa na arena da maior discussão planetária sobre mudança climática, que inicia em 30 de novembro.

Desde a década de 1990, as corporações e suas associações participam do sistema ONU, de conferências e convenções, podem se manifestar no início das plenárias, distribuir material e acompanhar as discussões.

A própria ONU criou o Pacto Global em 2000 para angariar apoio das empresas no combate aos problemas crônicos da humanidade – fome, miséria, destruição do ambiente. São mais de oito mil signatários em 145 países. Nos últimos anos as empresas se organizaram no Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (WBSCD), na sigla em inglês, que na versão brasileira e latino-americana é o Conselho Empresarial de Desenvolvimento Sustentável. Porém, as lideranças empresariais formaram novos pactos e alianças. E lançaram recentemente o programa Ação 2020, com propostas que envolvem uma economia de baixo carbono. A versão brasileira está registrada num documento de 32 páginas. O movimento mundial reúne 146 empresas e 106 investidores. A dirigente do CEBDS, Marina Grossi declarou no lançamento do programa:

“- As empresas estão mais engajadas para as negociações climáticas, muito mais articuladas e com voz ativa dentro desse processo”.

A Coalizão do agronegócio

A lista dos patrocinadores inclui os bancos Santander, Itaú, Petrobras e Governo Federal, na categoria Master; Braskem, Vale e Votorantim, na categoria Ouro; e Schell e BASF, na categoria prata. Ao mesmo tempo, outros 80 signatários, entre associações empresariais como ÚNICA (indústria da cana), Sociedade Rural Brasileira, empresas como CSN, BASF, Fibria, Klabin, Natura, Suzano e outras, juntamente com entidades como o Instituto Ethos, FGV, Instituto Sócioambiental, SOS Mata Atlântica, Greenpeace lançaram a Coalizão Brasil Clima – Florestas e Agricultura.

“- Somos uma coalizão formada por associações empresariais, empresas, organizações da sociedade civil e indivíduos interessados em contribuir para a promoção de uma nova economia de baixo carbono, competitiva, responsável e inclusiva, e para maior sinergia entre as agendas de proteção, conservação e uso sustentável das florestas, agricultura, mitigação e adaptação às mudanças climáticas”, diz o documento de lançamento da plataforma.

Outro trecho:

“- Entendemos que o estímulo à agricultura, pecuária e economia de base florestal competitivos, pujantes e sustentáveis, que simultaneamente garantem a proteção, manejo, restauração e plantio de florestas, assegurem a disponibilidade de água, conservação dos ecossistemas e os serviços ambientais.”

Na prática só em 2020

Enfim, a Coalizão Brasil Clima – Florestas e Agricultura quer impulsionar o Brasil para a liderança global da economia sustentável e de baixo carbono, gerando prosperidade para todos, com inclusão social, geração de emprego e renda. Claro, esqueci de mencionar, que eles vão combater o desmatamento, a exploração ilegal de madeira e também querem implementar mecanismos para valorar e remunerar a manutenção e a ampliação dos serviços ecossistêmicos.

O documento já foi encaminhado ao governo federal porque o prazo para o anúncio das metas, que o Brasil deverá implantar dentro da programação da COP 21 encerra dia 1º de outubro. A Coalizão quer debater o assunto, a sociedade civil precisa participar do processo. Pela burocracia da ONU, todos os 196 países precisam apresentar o que eles chamam de Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (INDCS), na sigla em inglês. Os países apresentam as metas de redução das emissões de gases estufa e as ações para implantá-las. Depois da Convenção do Clima em Paris haverá um prazo de cinco anos até a execução. Ou seja, independente de qualquer acordo na COP 21, na prática as medidas só valem a partir de 2020.

O fracasso de Copenhague persiste

O Brasil está entre os 10 maiores emissores de gases estufa – 1,57 giga toneladas em 2013 -, sendo que 34,6% relacionado ao uso da terra, traduzindo: desmatamento, fogo e posterior plantio de capim ou soja, algodão, milho. A agropecuária responde por 26,6%, a energia por 30,2%, a indústria por 5,5% e os resíduos por 3,1%. A energia ultrapassou a agropecuária no último ano por conta das termoelétricas movidas a diesel e carvão que foram acionadas no Brasil. Para não restar dúvidas sobre qual é a fonte das emissões, os estados do Pará e Mato Grosso são os campeões.

As perspectivas da próxima Convenção do Clima não são nada animadoras. Não apenas por conta da participação das corporações e suas associações, mas também porque não haverá a Cúpula dos Povos, que sempre reafirmava as verdadeiras preocupações das populações e, principalmente, as denúncias dos fatos que ocorrem no cotidiano das vidas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos neste planeta. As corporações fazem parte do debate, juntamente com algumas organizações ambientalistas internacionais, que dialogam, para usar o termo do mercado, com as empresas, para a sustentabilidade do mundo. O fracasso de Copenhague, que se traduziu num acordo político que não tinha nenhum valor legal para efeito de uma convenção internacional, continua a perseguir os negociadores.

O tom é de novos mecanismos de mercado

Desta vez, o teatro não vai funcionar, ou seja, a presença de 100 dirigentes mundiais, entre eles Barack Obama. Obama está se despedindo do cargo, além disso, qualquer acordo firmado em Paris precisa necessariamente ser aprovado pelos parlamentos dos

países. As metas de reduções das emissões são divulgadas de todas as partes. A União Europeia 40%, Estados Unidos 32%, Brasil entre 36 e 38%, China entre 60% e 65% - porém com uma metodologia que já é um ponto de discórdia. A questão central é que o documento base ainda está com 85 páginas e tem mais de 200 artigos. A decisão entre os países para efeito da validade do novo tratado é unânime, qualquer país individualmente pode vetar a proposta.

Entretanto, o tom das negociações está colocado: novos mecanismos de mercado. O Banco Mundial deverá gerir o Fundo Verde, que pretende aplicar US\$100 bilhões em 2020 no processo de combate às mudanças climáticas. Até agora só conseguiram US\$10 bilhões – por sinal, a ONU informou que falta verba para a realização da convenção – o déficit é de US\$1,2 milhão. Além, das alianças e pactos citados, surgiu outra chamada de Aliança Global para uma agricultura climaticamente inteligente (Global Alliance for Climate Smart Agriculture) com a proposta básica de implantar a captura e estoque de carbono no solo e no subsolo. A tecnologia definida pela sigla em inglês CCS.

Agricultura familiar e agroecologia fora dos planos

É a proposta preferida das petrolíferas, da siderurgia, da indústria de cimento, das maiores poluidoras do mundo. Mas também é do agronegócio das monoculturas do eucalipto, da soja e da pecuária. A Coalizão Brasil Clima defende a expansão da agricultura e pecuária de baixo carbono, que envolve a recuperação das pastagens degradadas. Este é o mantra, enquanto os piratas do agronegócio derrubam a floresta amazônica e o boi avança para o norte.

Mas o mais impressionante de tudo isso é que as alianças empresariais, os representantes da sociedade civil que participam dessas coalizões, sempre de forma ética e transparente, não mencionam as seguintes palavras: agricultura familiar e agroecologia. Como uma Coalizão do Clima trata do uso da terra, da agricultura do Brasil e não menciona mais de 12 milhões de pessoas que trabalham na agricultura familiar, que são a maior fonte de trabalho na atividade e são os responsáveis pela produção de alimentos que vai para a mesa dos brasileiros? E não enfoca o único plano governamental no mundo de Produção Orgânica e Agroecológica, que na prática protege o ambiente, a biodiversidade e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras e dos consumidores, porque não usam venenos. A Coalizão Clima defende a expansão das florestas, que não monoculturas comerciais de exóticas, da soja e da pecuária de baixo carbono, enquanto os fazendeiros do Centro-Oeste continuam colocando fogo no cerrado e comprando fazendas no MATOPIBA e na Amazônia.

Parceria Incra e Embrapa pode resultar na capacitação de assentados para produção agroecológica – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/09/2015

Uma missão técnica formada por profissionais que atuam na área de assistência técnica e do Pronera visitará na próxima sexta-feira (25), a sede da Embrapa Agrobiologia, localizada em Seropédica (RJ). O objetivo do gupo é conhecer pesquisas e programas de capacitação com ênfase na agroecologia. A missão, atende a demanda apresentada pelo governador do Amazonas, José Melo Oliveira, que propôs ao Incra criar uma espécie de

cinturão verde no entorno de Manaus, uma vez que a cidade é cercada por assentamentos da reforma agrária.

O encontro da próxima sexta-feira é resultado da reunião entre a presidente do Inbra, Maria Lúcia Fálcon e o chefe-geral da Embrapa Agrobiologia, Gustavo Ribeiro Xavier que aconteceu na última quarta-feira (16), no Rio de Janeiro. No encontro foram discutidas a definição de estratégias de transferência de tecnologia e também formas de levar o conhecimento produzido pela Embrapa para dentro dos assentamentos da reforma agrária.

A proposta é retomar o diálogo iniciado há um ano entre a Superintendência do Inbra no Rio de Janeiro (Inbra/RJ) e a unidade da Embrapa localizada em Seropédica e construir um projeto de parceria na perspectiva nacional. “Queremos unir forças e desenvolver uma agenda que leve em conta o desenvolvimento rural com geração de renda e alimentação saudável”, definiu Maria Lúcia.

Manaus

Boa parte dos alimentos frescos consumidos em Manaus, vem de outros estados e a ideia é produzir no próprio município, diminuindo o custo para o consumidor final.

Por se tratar de área cercada de floresta, rios, igarapés e rica biodiversidade, a produção precisa ser feita em bases agroecológicas, sem uso de veneno. Além de discutir um programa de capacitação de curta duração, voltado para a produção de alimentos e implantação de quintais produtivos, para produtores locais, o Inbra também discutirá com a Embrapa Agrobiologia, parcerias para a realização de um mestrado profissional e cursos na modalidade Ensino à Distância. A missão é coordenada pela superintendente do Inbra no Amazonas, Maria do Socorro Feitosa.

De acordo com Gustavo Ribeiro Xavier, a Embrapa Agrobiologia possui um histórico de produção orgânica e agroecológica, com forte atuação na capacitação e transferência de tecnologia. A unidade possui uma área de 70 hectares que é referência internacional na demonstração da produção agroecológica. Conhecido como Fazendinha Agroecológica, o local é palco de diversos cursos, entre os quais, o mestrado profissional em agricultura orgânica, que foi citado com um dos exemplos de capacitação que pode ser direcionada a servidores do Inbra.

Ofertado em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o curso integra conhecimentos teóricos e práticos relativos à condução de sistemas orgânicos de produção. Por meio das aulas, o aluno se qualifica a subsidiar a formulação, o planejamento e a execução de políticas públicas, especialmente a nível local, que favoreçam a expansão de sistemas de produção baseados no princípio da agricultura orgânica, aplicados principalmente a produção agrícola de base familiar.

Jovens no campo

Outra frente de atuação da Embrapa Agrobiologia que pode ser incorporada pelo Inbra, sobretudo no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), tem a ver com o uso de tecnologias digitais, nas suas diferentes mídias, para romper o isolamento do espaço rural e partilhar a construção de ações conjuntas visando o desenvolvimento local.

A chefe-adjunto da área de transferência de tecnologia, Ana Cristina Garofolo, que desenvolve essa linha de pesquisa, disse que o uso de novas tecnologias tem se mostrado uma maneira promissora de manter o jovem no campo. O uso dessas ferramentas no espaço rural pode mudar as condições de acesso das pessoas à informação e ao conhecimento gerado por diversos atores públicos e/ou privados e também permitir que construam novas racionalidades.

Árvores plantadas pelo setor agropecuário foram responsáveis pelo estoque de 1,69 bilhão de toneladas de dióxido de carbono – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 21/09/2015

Brasília (21 de setembro de 2015) - Em 2014, os 7,74 milhões de hectares de árvores plantadas no Brasil foram responsáveis pelo estoque de aproximadamente 1,69 bilhão de toneladas de dióxido de carbono (tCO₂), representando incremento de 1,2% em relação a 2013. "Para se ter uma ideia da relevância desse montante para o Brasil, o número equivale a um ano das emissões nacionais", explica Camila Braga, assessora técnica da Comissão de Silvicultura e Agrossilvicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O estoque de carbono do setor é resultado dos ciclos de cultivos das árvores plantadas. "A cada ano, árvores são colhidas e plantadas, o que caracteriza um processo renovável que dá perenidade aos estoques de carbono ao longo do tempo", conta a assessora técnica da CNA.

Segundo o Anuário da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) de 2015, o setor florestal também estoca cerca de 2,40 bilhões de toneladas de Carbono (CO₂) em Áreas de Preservação Permanente (APPs), Áreas de Reserva Legal (RL) e em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

A CNA e a IBÁ trabalham juntas para promover ações de desenvolvimento do setor de florestas plantadas no Brasil. Com relação aos estoques de carbono e combate às mudanças climáticas, ambas as instituições elaboraram uma lista de prioridades do setor para ser levada à 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-21), que acontece em dezembro, em Paris.

"A maior captação de carbono na agricultura vem das florestas. Os produtores rurais brasileiros já adotaram tecnologias diferenciadas de baixa emissão de carbono", afirma João Martins, Presidente da CNA.

Árvores nas propriedades rurais

Além do estoque de carbono e interferência no clima, as árvores produzem alimento e possuem aplicações econômicas dentro do setor agropecuário. Essas aplicações econômicas da árvore nas propriedades rurais estão sendo pesquisadas pela CNA, em parceria com a Embrapa, no Projeto Biomas.

O Projeto Biomas é desenvolvido nos 6 biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

Na Amazônia, o maior dos 6 biomas brasileiros, os 80 pesquisadores envolvidos no Projeto Biomas já plantaram 24 mil árvores nos primeiros 5 anos de pesquisa. "Estimamos plantar mais 50 mil árvores de 60 espécies no bioma Amazônia até 2017. Estamos mostrando, por meio da nossa pesquisa, o quanto a árvore é importante na área rural. Aos produtores rurais, demonstramos como utilizar a árvore da melhor maneira, para que eles obtenham retornos ambientais e econômicos", explica Alexandre Mehl, coordenador regional do Projeto Biomas na Amazônia e também pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental.

Os primeiros resultados dos 5 anos de pesquisa na Amazônia foram apresentados aos produtores rurais no 1º Dia de Campo do Projeto Biomas, realizado no dia 19 de junho, na Fazenda Cristalina, em São Domingos do Araguaia, no Pará.

Sobre o Projeto Biomas

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas brasileiros.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto e John Deere.

MDS reforça compromisso com agroecologia e produção orgânica – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/09/2015

Secretário Arnoldo de Campos participou do seminário Dialoga Brasil Agroecológico, em Brasília

Brasília – Ao encerrar a primeira fase do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o governo federal está avaliando o que foi realizado e discutindo os desafios futuros. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) participa do plano e tem como principal desafio a ampliação da oferta de alimentos saudáveis e promoção da inclusão produtiva em um setor que tem muitas oportunidades para a geração de renda e valorização da produção.

As práticas agroecológicas são incentivadas por uma série de ações do governo federal para garantir que alimentos de qualidade cheguem à mesa da população, explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnoldo de Campos. “Os alimentos agroecológicos são produzidos de forma responsável. Há preocupação em proteger a água, o solo e os produtores. São alimentos livres de contaminantes, agrotóxicos, insumos químicos e que possuem mais qualidade nutricional.”

A construção de tecnologias sociais de acesso à água para produção é um dos exemplos do que vem sendo feito. São soluções simples e de baixo custo, que já beneficiaram 130 mil famílias do Semiárido desde 2013. O secretário apresentou os resultados do MDS

no Planapo, na sexta-feira (18), no Seminário Dialoga Brasil Agroecológico, em Brasília.

Ele ressaltou ainda o investimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que aumentou de R\$ 5,5 milhões, em 2013, para R\$ 8,5 milhões, em 2014, na compra de alimentos orgânicos.

Além disso, foram ampliados os limites de participação nas modalidades Compra com Doação Simultânea e Compra Institucional do PAA. Com isso, cada agricultor familiar pode vender até R\$ 6,5 mil por ano, na primeira modalidade, e R\$ 20 mil por ano para cada órgão comprador, na segunda modalidade.

Arnoldo também destacou o Programa Banco Comunitário de Sementes Crioulas, que garante o acesso a sementes sem modificações genéticas e com maior produtividade. Serão 600 unidades no Semiárido. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o MDS vai investir quase R\$ 21 milhões.

Durante o evento, foram discutidas novas propostas que vão compor o segundo Planapo (2016-2019). Os eixos de discussão foram voltados para a produção, o uso e conservação dos recursos naturais, o conhecimento, a comercialização e consumo, a terra e território e a sociobiodiversidade.

Varejo já reduz margens em produtos orgânicos. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 21/09/2015

A crise econômica provocou pelo menos uma notícia que pode ser considerada positiva: comer alimentos orgânicos ficou mais barato. Com as vendas em queda e a substituição por produtos mais em conta, grandes redes varejistas ajustaram sua estratégia comercial para o novo cenário, reduzindo margens e segurando repasses, numa tentativa de garantir o avanço do segmento. Nos últimos anos, as vendas de alimentos considerados saudáveis tiveram expansão de dois dígitos no país.

Alguns grupos de produtos, sobretudo hortifrúteis, conseguiram chegar a diferenças mínimas entre um orgânico e o convencional. Caso das folhagens, cujos preços superam em centavos ou, em R\$ 1,00, os convencionais. E nos dias de sorte da desova das gôndolas - hortaliças são altamente precíeis -, as folhagens orgânicas podem custar até mais barato que aquelas borrifadas com produtos químicos.

Na categoria de mercearia, biscoitos e farinhas orgânicos são outros exemplos de margens agora menores. "Já há categorias mais competitivas mesmo em relação a itens importados, como leites e azeites", afirma Daniela Pasquili, gerente de desenvolvimento de vendas do Pão de Açúcar. Segundo ela, isso também é possível devido a acordos comerciais de exclusividade e escala de compra, que permitem espaço para negociações.

O recuo nos preços não significa que ficou barato comprar produtos orgânicos no Brasil. Está apenas menos caro, o que tem o efeito benéfico de manter clientes fiéis em tempos de aperto. Por outro lado, os supermercadistas apostam que a convergência de valores seria também um estímulo para atrair consumidores menos atentos à ingestão de

alimentos saudáveis. Mas nem tudo tende à convergência: granolas e sucos orgânicos ainda custam o dobro (ou mais) em várias praças do país.

"Não se trata de uma melhor estruturação da cadeia de produção, que ainda tem sérios gargalos, tampouco de uma escala maior de produção, o que poderia contribuir para reduzir preços. A oferta de matéria-prima orgânica não aumentou. O que está ocorrendo é um rearranjo de estratégias comerciais e redução de margens", diz um consultor, que preferiu não ter o nome divulgado.

Segundo ele, há hoje uma queda nas vendas de produtos orgânicos, ainda que menor se comparada à de outros setores. "Não chega a dois dígitos, ao contrário de outros segmentos da economia, porque, apesar da crise, o consumidor está mais maduro em relação às escolhas de alimentos saudáveis".

Conforme Daniela, do Pão de Açúcar, o grupo mantém a meta de crescer 20% no segmento, dez pontos percentuais a menos que o resultado de 2014. No primeiro trimestre, a categoria cresceu apenas 3%.

No caso do Walmart, o segmento de orgânicos só não sofreu prejuízos em 2015 porque praticamente não tinha um portfólio desenvolvido, ou seja, a base de comparação era baixíssima. No último ano, o Walmart investiu em troca de equipamentos, como gôndolas modulares e refrigeradas, dando mais visibilidade aos produtos. Com isso, vendeu mais. "No nosso caso, o setor de orgânicos cresceu três vezes mais que as demais categorias em 2014", afirma Luciano Nunes, diretor comercial de hortifruti do Walmart. A expectativa é de crescimento da ordem de 5% para o setor em 2015.

A decisão de reduzir margens decorre da percepção do varejo de que a tendência a uma alimentação saudável não é passageira. Ao contrário, está se consolidando. A exemplo de países desenvolvidos, o consumidor brasileiro também passou a ler com atenção as embalagens do que compra.

Em geral, a categoria de produtos saudáveis ajuda a puxar o desempenho de orgânicos. Nesse grupo, estão os integrais, sem glúten, sem corantes e diet, entre outros. Uma pesquisa da Associação Paulista de Supermercados (Apas) mostra alta de 1,5% nas vendas de mercearias doces (como biscoitos) e de 3% nas salgadas (arroz, massas, etc) em 2014. Quando esses mesmos itens são "saudáveis", os ganhos foram ainda maiores: 3% no segmento doce e 13% no salgado. "Saúde se tornou preocupação maior que educação no Brasil", diz Rodrigo Mariano, chefe do Departamento de Economia da Apas.

Agroecologia em pauta. Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/09/2015

O esforço é coletivo para que sistemas agroecológicos sejam conhecidos e implantados no meio rural brasileiro. Por este motivo, a Universidade Federal Rural de Pernambuco se uniu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para debater e fortalecer a iniciativa no campo. O tema ganha destaque, de 22 a 24 de setembro, em três eventos conjuntos, com atividades voltadas para a agroecologia, na capital pernambucana.

A secretária executiva do MDA, Maria Fernanda Coelho, que esteve presente na abertura dos eventos – II Seminário Internacional de Agroecologia, III Seminário de Agroecologia de Pernambuco e II Jornada dos Povos de Pernambuco – contou que o momento é importante para levantar as principais questões sobre o tema.

“Foi um debate muito rico, de muita reflexão e de preparação das principais demandas, reivindicações e orientações sobre agroecologia. Esse assunto, inclusive, já está sendo incorporado na grade curricular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que tem os principais cursos nessa área, como agronomia e extensão rural”, adiantou.

Maria Fernanda acrescentou que a agroecologia está entre os temas de maior discussão dentro do ministério. “A agroecologia está como um dos eixos estruturadores no MDA. Todas as chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) já têm esse enfoque agroecológico, além de um esforço no processo de qualificação dos extensionistas rurais, em metodologias de Ater e sistemas de produção agroecológicos”, afirmou ao salientar que a meta é de que 20 mil extensionistas sejam capacitados.

Em vista ao estado, a secretária executiva do MDA também conheceu a sede da Articulação do Semiárido (ASA) que procura mobilizar sociedade civil e poder público em busca de ações que facilitem o convívio dos moradores com as adversidades climáticas da região. Maria Fernanda ouviu dos associados que está havendo um aumento na migração de retorno à região. E ainda conheceu o Banco de Dados da ASA, com informações detalhadas das famílias atendidas pelos projetos da Articulação - uma importante ferramenta de retorno dos programas sociais do governo. O superintendente Regional do Inra em Pernambuco, Luiz Aroldo, participou da visita.

O evento

O II Seminário Internacional de Agroecologia, o III Seminário de Agroecologia de Pernambuco e a II Jornada dos Povos de Pernambuco terão dois eixos principais, durante três dias.

O primeiro envolve os impactos e conflitos gerados pelo agronegócio e pelos projetos que ameaçam a terra, a água, o território e a soberania alimentar das comunidades e povos tradicionais e movimentos sociais em Pernambuco. Já o segundo eixo aborda as resistências e proposições para o fortalecimento do campo agroecológico e das lutas.

Os eventos são compostos por mesas redondas, palestras, instalações pedagógicas, rodas de diálogos e plenárias, com a participação de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, indígenas, jovens rurais e assentados da reforma agrária.

Profissional de sustentabilidade é visto de forma estratégica na crise. Letícia Arcoverde – Valor Econômico, Agronegócios. 22/09/2015

SÃO PAULO - Apesar do cenário de crise e corte de custos, a maioria das empresas manteve ou aumentou o investimento na área de sustentabilidade dentro das empresa em 2015, em relação ao ano passado. Apenas 9% das companhias reduziram o orçamento destinado à área, volume similar ao registrado entre 2014 e 2013. A maior parte (43%) manteve o valor, enquanto 29% aumentou o investimento.

Os dados são de uma pesquisa desenvolvida pela Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade (Abraps) em parceria com a consultoria Deloitte, que contou com a participação de 370 profissionais da área e buscou identificar o perfil de quem atua nesse segmento no Brasil hoje.

Para Valéria Café, diretora de pesquisa da Abraps, a manutenção dos investimentos é consequência de as empresas verem esses profissionais hoje de forma mais estratégica em tempos de crise hídrica e energética. “O profissional de sustentabilidade se destaca hoje porque pode apontar o caminho para a empresa reduzir custos”, diz.

O perfil do profissional da área é jovem – 42% têm até 35 anos – e com formação variada, mas com alto nível de ensino. “Tínhamos uma percepção de que essas pessoas não estivessem preparadas”, diz Valéria. “Mas a maioria [75%] tem pós-graduação, sendo que quase um quarto possui mestrado”, diz. As principais graduações são administração, engenharia e gestão ambiental, e as mulheres são maioria (58%).

A realização pessoal (70%) e a admiração pelo tema (55%) são os principais motivos dados por quem escolheu a área. Apenas 8% optaram pela profissão em razão dos retornos financeiros. Metade dos profissionais recebe salário mensal entre R\$ 3 mil e R\$ 9 mil. Cerca de 20% recebem salários acima dos R\$ 15 mil.

De acordo com Valéria, o profissional atua hoje junto a todas as outras áreas da empresa, facilitando processos para que a companhia consiga atingir metas da área, 57% das quais são aplicadas em todos os departamentos. Para 51% dos respondentes, a principal atribuição da área de sustentabilidade é desenvolver uma visão estratégica que garanta que os objetivos da área permeiem todas as partes da empresa.

Na opinião dos participantes, as empresas no Brasil se encontram em estágios variados de maturidade no desenvolvimento da área de sustentabilidade, com poucas sendo consideradas “líderes” no assunto – apenas 18,5%. Consideradas referencial de excelência, essas são companhias que atuam não só interna como externamente para promover o conceito de sustentabilidade. “A empresa passa a ser um agente de transformação e a contribuir com a comunidade”, diz Valéria. Na opinião da profissional, esse número vem crescendo ao longo dos últimos anos. Há também bastante diferença entre setores distintos, um aspecto que a Abraps quer abordar nas próximas pesquisas. Empresas consultorias, por exemplo, saem na frente entre as de maior maturidade, com mais de 30% se considerando “líder”.

Outros 24% do total dos respondentes consideram que as empresas onde atuam estão em um estágio maduro, o que significa ter os conceitos de sustentabilidade mais atrelados à estratégia da empresa e educar os funcionários para que objetivos da área sejam atingidos. A maioria dos profissionais, contudo, acredita que suas empresas ainda estão no estágio incipiente (7%), básico (18,5%) ou em desenvolvimento (32%). “Nesse último ponto, a empresa ainda olha mais para dentro e tenta melhorar suas metas”, diz Valéria.

Em 41% das empresas, a área de sustentabilidade é formada por menos de três pessoas. Em um quarto delas, no entanto, a equipe já passa dos 11 integrantes.

Federação da Agricultura do Tocantins participa de seminário sobre o Plano Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa em áreas urbana e rural – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/09/2015

Palmas / Tocantins (25 de setembro de 2015) - O diretor Tesoureiro da Federação da Agricultura e Pecuária do Tocantins (FAET), Carlos Ribeiro, representado o Sistema FAET/SENAR, participou nesta sexta-feira, 25, em Palmas (TO), do Seminário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, que debateu, em audiência pública, o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) dos Estados incluídos na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

O Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa foi elaborado com o objetivo de ampliar e fortalecer as políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, boas práticas agropecuárias e outras medidas necessárias para a recuperação da vegetação nativa no país. Estima-se que, pelo menos, 12,5 milhões de hectares de vegetação nativa precisarão ser recuperados nos próximos 20 anos, tendo como prioridade áreas de Reserva Legal (RL), Áreas de Proteção Permanente (APP) e áreas degradadas com baixa produtividade.

Carlos Ribeiro destacou que o sistema FAET/SENAR sempre irá apoiar projetos que possam beneficiar o setor produtivo agropecuário e contribuir com o meio ambiente. “O bioma cerrado é riquíssimo, e precisamos de ações eficientes que possam mantê-lo vivo e protegido, bem como de ações que visem a recuperação de áreas de vegetação que já foram degradadas”, assegurou Ribeiro, que também é presidente do Sindicato Rural de Araguaçu.

O seminário contou com a presença de várias entidades representantes do setor produtivo do Tocantins e de outros Estado e está sendo realizado através de Requerimento do senador Donizeti Nogueira (TO), que sugere alternativas para a proteção da vegetação nativa em áreas urbana e rural. De acordo com o documento, “os Estados e o Distrito Federal estão encarregados do estabelecimento das regras de caráter específicos dos Programas de Regularização Ambiental, que determinarão o conjunto de ações a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de promover a regularização ambiental dos seus imóveis”.

Brasil perde 1,8% de suas florestas em dois anos, diz IBGE – Valor Econômico, Agronegócios. 25/09/2015

RIO - O Brasil perdeu 1,8% de suas florestas entre 2010 e 2012, segundo dados divulgados hoje (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010, o país tinha 3,26 milhões de quilômetros quadrados (km²) de vegetação florestal, enquanto em 2012, essa área caiu para 3,2 milhões de km², uma perda de quase 60 mil km² em apenas dois anos.

Nesses dois anos, houve a reposição de 204 km² de florestas, mas o desmatamento foi quase 300 vezes maior: 59,4 mil km². A perda da vegetação florestal deveu-se principalmente à expansão agrícola, que respondeu por 68% da redução das florestas no

país. A expansão da pastagem plantada respondeu por outros 28% e a silvicultura por apenas 4%.

Segundo a pesquisa Mudanças na Cobertura e Uso da Terra do IBGE, no entanto, a principal perda de vegetação natural ocorreu nas pastagens naturais, que são áreas de vegetação campestre natural sujeitas a atividade pastoril de baixa intensidade e que perderam 7,8% de sua superfície nesse período.

A expansão agrícola também foi responsável por 65% do recuo das pastagens naturais. Outros 35% de perda foram provocados pela expansão da pastagem plantada.

As áreas de vegetação campestre alagada, como charcos e pântanos, reduziram-se em 5,9%, enquanto as de vegetação campestre, como savanas, perderam 2,7% de sua superfície.

Ao mesmo tempo, as áreas artificiais, que incluem áreas urbanas, cresceram 2,5%, as áreas agrícolas aumentaram em 8,6% e as pastagens plantadas avançaram 11,1%. A silvicultura teve crescimento de 4,6% nesses dois anos.

(Agência Brasil)

Dilma anuncia hoje meta de redução de emissões de gases efeito estufa. Sergio Lamucci e Juliana Ennes – Valor Econômico, Agronegócios. 27/09/2015

NOVA YORK - A presidente Dilma Rousseff fará neste domingo o principal discurso de sua viagem a Nova York, ao anunciar as metas de redução de emissões de gases do efeito estufa, na Cúpula para a Adoção da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 das Nações Unidas. Os compromissos assumidos pelo Brasil serão apresentados em dezembro na Conferência do Clima, em Paris.

Na sexta-feira, Dilma afirmou que havia fechado as metas brasileiras, mas se recusou a dar detalhes dos números. “Vai ser uma boa meta. O Brasil sempre dá a sua contribuição”, disse a presidente.

No fim de junho, em reunião na Casa Branca com o presidente Barack Obama, a presidente anunciou três compromissos até 2030 que tendem a fazer parte dos objetivos a serem divulgado neste domingo. É o caso do reflorestamento de 12 milhões de hectares, a elevação de 28% para 33% a fatia de energias renováveis na matriz energética do país e a redução a zero do desmatamento ilegal. Ainda pela manhã, Dilma fará um breve discurso no “encontro de líderes globais sobre igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres”.

Um pouco mais tarde, Dilma terá um almoço de trabalho sobre mudança climática, promovido pelo presidente da França, François Hollande, o presidente do Peru, Ollanta Humala, e o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. À tarde, ela receberá no Hotel Plaza Athénée Bill Gates e Melinda Gates, criadores da Fundação Bill & Melinda Gates.

Na sexta-feira, a fundação divulgou uma nota, afirmando que não estaria processando a Petrobras. “O processo está relacionado aos investimentos feitos por um gestor externo que investe em nome do ‘trust’ [uma espécie de fundo] que detém os ativos que apoiam as atividades da fundação. O gestor externo e o ‘trust’ de ativos são completamente

separados da Fundação Gates.” Na ação ajuizada na quinta-feira na corte sul de Nova York, os autores são o “Bill & Melinda Gates Foundation Trust” e o WGI Emerging Markets.

Na segunda-feira, Dilma faz o discurso de abertura na Assembleia Geral da ONU.

Ambientalistas elogiam com ressalvas metas brasileiras de cortes. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 27/09/2015

Proposta apresentada por Dilma Rousseff é vista como ambiciosa, mas avança pouco em relação ao que já vem sendo feito no País

As metas de redução das emissões de gases de efeito apresentadas ontem pela presidente Dilma Rousseff foram em geral elogiadas por ambientalistas e cientistas que trabalham com clima por terem o potencial de influenciar o debate na Conferência de Paris, mas a maioria considera que o País poderia ter sido ainda mais ambicioso.

“O Brasil desempenha um papel produtivo no esforço global de combate às mudanças climáticas. E está contribuindo para dar ímpeto às negociações quando o alto escalão do governo apela para metas globais que acabem com as emissões em todo o mundo neste século. Esta visão comum para um mundo de carbono zero é um dos sinais mais poderosos que a Conferência do Clima de Paris pode enviar para investidores, cidadãos e para o meio empresarial”, afirma Rachel Biderman, diretora do World Resources Institute (WRI) no Brasil.

“Entre os grandes emissores de gases de efeito estufa do mundo, a meta brasileira é uma das maiores. O Brasil se posiciona bem na mesa de negociação”, afirma Carlos Rittl, secretário executivo do Observatório do Clima. “Mas, somando as metas que todos os países estão apresentando, ainda estamos numa trajetória de chegar a mais 3°C ou 4°C ao final do século, em vez dos 2°C esperados.”

Para ele, “o mais significativo do anúncio é que Dilma diz que o Brasil já fez bastante para cortar as emissões, mas ao apresentar o novo compromisso indica que pode continuar fazendo mais. A direção está correta, mas a velocidade ainda é insuficiente”.

“Recebemos como surpresa. Os números são ok, dão uma direção de para onde o País vai e trazem a possibilidade de uma avaliação de cinco em cinco anos da meta, o que é interessante para permitir que aumente a ambição com o passar do tempo. Mas ainda precisamos ver quanto isso vai ajudar com o objetivo de manter o aquecimento a 2°C até o final do século”, afirma Carlos Nomoto, secretário-geral do WWF-Brasil.

Uma das dúvidas é como vai se dar a meta de restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares. Se for feita com eucalipto em vez de árvores nativas, por exemplo, o potencial de captura de gás carbônico da atmosfera fica bem menor.

O engenheiro agrícola Eduardo Assad, da Embrapa, afirmou que viu com bons olhos o fato de Dilma ter incluído na meta a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e o alcance de 5 milhões de hectares para integração lavoura-pecuária-floresta.

Meta anterior. Mas ele lembra que na Conferência do Clima de Copenhague, em 2009, o Brasil já tinha se comprometido, de modo voluntário, com uma meta semelhante. Citando dados oficiais do Banco do Brasil e do Ministério da Agricultura, ele afirma que nos últimos 4 anos recuperou-se pastagens e foi feita a integração em somente 3 milhões de hectares. “Acho ótimo que tenham colocado na meta. Pode enfim dar um impulso para um programa de mitigação das emissões da agropecuária que é o melhor do mundo”, diz.

Gustavo Junqueira, presidente da Sociedade Rural Brasileira, afirma que esse processo é um desafio grande tanto de logística quanto financeiro. “Temos de ver como vai virar realidade, mas o anúncio traz uma mensagem de que o agronegócio pode não ser apenas um ponto de conflito, mas uma solução para o problema”, diz.

As metas para energia também foram elogiadas com ressalvas. “A parte de eletricidade é razoável, mas não tem muita ambição além do que já vem sendo feito. Além disso, é preciso transferir essa ambição para a realidade. O Plano Decenal de Energia ainda prevê 71% dos investimentos em combustíveis fósseis e apenas 14% para novas fontes renováveis e biocombustíveis”, afirma Ricardo Baitelo, coordenador de Clima e Energia do Greenpeace.

Para Roberto Schaeffer, professor de planejamento energético da Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ) e autor de um dos estudos entregues pela comunidade científica para balizar a decisão do governo, a meta é ambiciosa, porém factível. “Isso significa um pequeno custo para a economia, mas mais do que compensado, se todos os outros países também fizerem sua parte, do impacto ambiental evitado pelas mudanças climáticas. O Brasil poderia ser mais ambicioso? Poderia. Poderia ser menos? Também poderia. O importante, de agora até Paris, seria melhor detalhar a meta brasileira, e as implicações para a economia desta meta”, diz

Congresso debate diversidade e soberania. Marta Moraes – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).28/09/2015

Potencial da agroecologia na Amazônia vai além da agricultura familiar, envolvendo também o extrativismo, os sistemas florestais e a pecuária.

A Amazônia recebe pela primeira vez o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) que reunirá, desta segunda-feira (28/09) a quinta-feira (01/10), em Belém, mais de 3 mil pessoas. O evento tem como tema "Diversidade e Soberania na Construção do Bem Viver", assunto diretamente conectado com a região.

A expectativa é promover o intercâmbio de saberes, reunindo a produção científica, ativistas, movimentos sociais e populações tradicionais, apresentando à cidade não apenas uma atividade produtiva e o consumo de produtos mais saudáveis, mas todo um modo de vida que consagra em harmonia, o trabalho, a produção, as pessoas e o meio ambiente. O potencial da agroecologia na Amazônia vai além da agricultura familiar, envolvendo também o extrativismo, os Sistemas Florestais (SAFs) e a pecuária.

PROGRAMAÇÃO

Serão duas grandes conferências, 12 mesas-redondas, dez rodas de conversas, nove seminários e 22 oficinas, além de apresentações de 165 relatos de experiências e outros 1.200 painéis de trabalhos acadêmicos, divididos em 42 diferentes espaços, além de atrações culturais.

Durante o evento, acontecerá a Feira de Saberes e Sabores (aberta ao público), um espaço com 150 expositores, que trarão uma mostra da diversidade da produção agroecológica da Amazônia, com comidas saudáveis, frutas, verduras, mel e derivados, produtos semi-industrializados, biojóias e muito artesanato.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDRS/MMA), Carlos Guedes de Guedes, participará da mesa redonda: “PNAPO - Um balanço das ações e as perspectivas futuras”, a ser realizada no último dia do evento.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) foi criada com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

SAIBA MAIS

O Congresso Brasileiro de Agroecologia é realizado desde 2003 com participação ativa de instituições de ensino, pesquisa e extensão, e sociedade civil organizada envolvida com as demandas da agricultura Familiar, como um espaço de diálogo entre os conhecimentos científicos e práticos.

Inicialmente foi pensado como espaço de valorização da agroecologia, mas apenas como ciência, porém vem amadurecendo sua missão como verdadeiro espaço de convergência entre os conhecimentos científicos e práticos. Nos seus mais de dez anos de existência, o CBA já circulou em várias regiões do país, exceto na região Norte e Centro Oeste.

Preservação ambiental diminui carga tributária para produtor – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 28/09/2015

Goiânia / Goiás (28 de setembro de 2015) - No sentido de discutir temas de interesse dos produtores rurais, a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Goiás (SENAR Goiás) realizaram, nesta sexta-feira (25), a 5ª edição do FAEG SENAR Interage. O eixo temático desta vez foi a importância de o produtor declarar o Imposto Territorial Rural (ITR). O ponto alto da manhã foi a apresentação da relação entre a preservação ambiental e a redução da carga tributária. De acordo com a Faeg, o estímulo oferecido pelo governo federal é de suma importância para que o produtor invista em mais sustentabilidade.

Outro alerta importante é que o produtor precisa declarar sua propriedade até o dia 30 de setembro, prazo estipulado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, para o encerramento. A videoconferência, que acontece todas as sextas-feiras a partir das 10h, oferece aos internautas um espaço para o esclarecimento das dúvidas. Essa foi a 5ª

edição da iniciativa e teve a mediação do gerente do Departamento Sindical da FAEG, Vitor Hugo Evangelista, que recebeu o vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Profissional do Movimento de Acompanhamento de Causas Contábeis em Goiás (MACCGO), Piterson Siqueira, e o supervisor do Programa de IR e ITR da Delegacia da Receita Federal de Goiânia, Jorge Martins.

De acordo com Jorge Martins, é importante salientar aos produtores rurais que eles têm um benefício muito grande em comparação aos demais contribuintes. Segundo ele, apenas 20% do valor da receita bruta da atividade rural, mesmo que tenha uma margem de lucro bem acentuada, vai ser tributado no imposto de renda. “Suponhamos que tenha uma propriedade com uma receita bruta que movimenta um R\$1 milhão de reais, sendo R\$ 300 mil de despesas, o lucro será de R\$ 700 mil, porém, ele vai declarar no Imposto de Renda apenas R\$ 200 mil, ou seja, 20% do total”.

Para que os produtores rurais possam estar sempre orientados sobre as questões burocráticas do Imposto de Renda e outras formas de tributação, o Senar Goiás, em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRC-GO), têm feito diversas capacitações em vários municípios goianos. A conselheira regional da entidade, Josenilda Ribeiro, também participou da conferência e falou da importância dessas capacitações, além de destacar a relevância do Interage para atingir e esclarecer cada vez mais o público rural.

Ainda segundo ela, a parceria entre SENAR Goiás e CRC ajuda a sociedade em geral a enxergar o papel do contabilista, do contador, do auditor contábil e do fiscal. “As grandes instituições e a sociedade civil precisam saber dessa importância, sobretudo por estarmos em um país cuja tributação é muito alta”, destacou.

Sobre o ITR

O fato gerador do ITR ocorre quando há o domínio útil ou a posse do imóvel, localizado fora do perímetro urbano do município. Os contribuintes do imposto podem ser o proprietário do imóvel - tanto pessoa física quanto pessoa jurídica. A alíquota utilizada varia com a área da propriedade e seu grau de utilização.

A base de cálculo é o valor da terra sem qualquer tipo de benfeitoria ou beneficiamento - inclusive plantações, ou seja, é o valor da terra nua. A função do ITR é extrafiscal. Funciona como instrumento auxiliar de disciplinamento do poder público sobre a propriedade rural. A maioria das cidades goianas celebraram convênio com a Receita Federal e, com isso, 100% da arrecadação vai para o município. Quando o município não tem esse convênio a arrecadação é dívida com o estado, que fica com 50%.

Análise de mercado

Já sobre os mercados das commodities agrícolas, o consultor técnico do Senar Goiás, Cristiano Palavro, e a assessora técnica da FAEG, Christiane Rossi, foram os responsáveis em expor aos internautas a atual conjuntura econômica do agro.

Agricultura orgânica deve movimentar R\$ 2,5 bilhões no país em 2016 – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2015

SÃO PAULO - O mercado de produtos agrícolas orgânicos deve movimentar R\$ 2,5 bilhões no país em 2016, previu hoje o Ministério da Agricultura, com base em dados levantados junto ao setor. Se confirmado, o montante será 25% superior aos cerca de R\$ 2 bilhões do ano passado. Para 2015, ainda não há uma dado fechado.

Em nota divulgada hoje, o ministério indicou que os produtos orgânicos agregam, em média, 30% a mais no preço quando comparados aos produtos convencionais.

“Normalmente, os valores dos orgânicos são mais elevados que os dos produtos convencionais por terem uma menor escala de produção, custos de conversão para adequação aos regulamentos e processos de reconhecimento de sua qualidade orgânica”, disse na nota Jorge Ricardo de Almeida Gonçalves, que atua na Coordenação de Agroecologia do ministério.

Para Gonçalves, o produtor de orgânicos “ainda carece de crédito diferenciado e de tecnologias e assistência técnica, além de infraestrutura e logística adequadas às características da produção e do mercado de orgânicos”.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wiesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa